

“O PMDB assumiu o governo”

JOSÉ ANTONIO RIBEIRO

Nos últimos 15 dias a economia brasileira iniciou efetivamente uma nova fase, com a substituição de Francisco Dornelles por Dilson Fumaro no Ministério do Planejamento. “O PMDB assumiu agora o governo e vamos ter, na prática, uma mudança do monetarismo por uma diretriz mais estruturalista. Precisamos dar um voto de confiança. Mas como estou mais ligado ao monetarismo, confesso que a mudança de rota me assusta um pouco”, afirmou o diretor-geral do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, Paulo Gavião Gonzaga, em entrevista ao **Estado**.

Tudo indica que a nova equipe de governo tem como prioridade principal o desenvolvimento e o programa social. “Acho, porém, que enquanto não conseguirmos conter a inflação, não resolveremos o problema social”, afirma o diretor do Comind. Além do crescimento, o governo pretende combater o déficit público, meta considerada meio para resolver o problema da inflação.

Paulo Gavião Gonzaga observa por parte do governo uma preocupação em evitar o crescimento do déficit público, mas não consegue identificar intenção de reduzir a dívida interna. “Não notei, por exemplo, nenhuma menção à possibilidade de venda de ativos do setor público, como empresas estatais.”

A venda de empresas estatais, segundo o diretor do Comind, poderia ser feita inclusive com a participação de investidores estrangeiros, sem prejuízo da soberania ou dos interesses nacionais, mesmo porque a gestão dessas empresas continuaria no Brasil. Ele acredita que empresários do Exterior teriam interesse em participar do capital de empresas nacionais, sem necessidade de alteração na lei da remessa de lucros.

Os credores, por exemplo, que, de acordo com o plano de renegociação da dívida externa, teriam de aguardar 16 anos para receber de volta o dinheiro emprestado ao Brasil, poderiam interessar-se por converter

parte dos créditos em participação acionária. A legislação atual prevê a remessa de 10% ao ano do capital investido. Ou seja: em dez anos, e não em 16, todo o capital aplicado poderia ser remetido de volta.

Para vender a maior parte do capital de algumas estatais sem perder a gestão dessas empresas, Gonzaga explica que poderia ser adotado o seguinte mecanismo: a criação de uma **holding** com 51% da estatal. A **holding** teria 2/3 de seu capital em ações preferenciais e 1/3 em ordinárias (essas são as que têm direito a voto). Ou seja: com 1/3 da **holding**, equivalente a 1/6 da estatal, o Brasil manteria o controle de sua gestão.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Gonzaga considera viável o programa econômico nacional que o ministro do Planejamento, João Sayad, está discutindo com diversos segmentos da sociedade. O esboço geral do plano foi apresentado pelo ministro aos banqueiros, na última semana. Com base no que ouviu do ministro nesse encontro, o diretor do Comind chegou à conclusão de que a grande variável que vai decidir sobre a realização ou não das metas do governo será o comportamento da economia internacional.

“O sucesso do plano de crescimento econômico de 6% ao ano nos próximos quatro anos dependerá do que ocorrer na economia mundial. Se os países desenvolvidos crescerem, em média, 3% ao ano, acho que o Brasil conseguirá se expandir aos níveis previstos pelo governo. Se não houver esse crescimento no Exterior os preços das **commodities** baixarão, afetando nossas exportações. Além disso, teremos de enfrentar o protecionismo, que sempre se fortalece quando há menor oferta de emprego nos nossos parceiros comerciais”, disse Gonzaga.

SETOR FINANCEIRO

Na reunião de Sayad com os banqueiros, foi analisada principalmente a parte financeira da economia. O governo está confiante em que poderá compatibilizar o crescimento da

dívida interna com a expansão do Produto Interno Bruto. Gonzaga considera que, se isso for conseguido, já será um bom resultado. É difícil, segundo ele, dizer se a dívida interna, que no final do primeiro semestre totalizava Cr\$ 205,5 trilhões, é muito grande ou não. De qualquer maneira, se o governo quiser reduzir o déficit público terá de encontrar meios para diminuir a dívida e não apenas para compatibilizar sua expansão com o crescimento econômico. Um dos mecanismos seria exatamente a venda de empresas estatais.

Gonzaga considera que os juros altos são consequência da inflação e das pressões que o governo exerce no mercado financeiro ao colocar grandes volumes de títulos para rolar a dívida. Assim, a suspensão dos dois últimos leilões de LTN aliviou as pressões do governo no mercado e contribuiu para que o acordo de caixa entre bancos e governo apresentasse resultados. “Mas na prática o que prevalecem são as leis de mercado e não os acordos. Não se pode fazer acordo para impedir enchentes”, adverte o diretor do Comind.

BALANÇO FAVORÁVEL

Ao analisar os resultados obtidos pelo novo governo, desde que o presidente José Sarney assumiu efetivamente, há quase cinco meses, Gonzaga conclui que os resultados em geral foram bastante positivos. “Com relação ao combate à inflação, houve a tentativa heróica de tabelar os preços, mas, por falta de vontade ou de respaldo político, o ex-ministro Francisco Dornelles não conseguiu tomar medidas práticas para enfrentar o déficit, causa fundamental da inflação.” E, como ninguém acreditou que a inflação cairia pelo tabelamento, tivemos a taxa recorde de 14% de agosto, em consequência da liberação dos preços.

Na parte externa da economia, os resultados foram melhores: o superávit da balança comercial obtido nos últimos meses permitiu inclusive que o governo tivesse maiores facilidades em renegociar com os credores.